

CPI vai acusar 3 deputados por sonegação

Os deputados Manoel Moreira (SP), José Geraldo Ribeiro (MG) e Genebaldo Correia (BA), todos do PMDB, serão acusados esta semana pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento de crime de sonegação fiscal. Responsável pela análise das cinco últimas declarações de renda dos envolvidos no escândalo, a subcomissão patrimonial concluiu que os três parlamentares ocultaram da Receita Federal seu verdadeiro patrimônio. Moreira, José Geraldo e Genebaldo prestarão depoimento na CPI amanhã, quarta e quinta-feira.

“Vamos ter condições de confrontar as informações da Receita com o que a CPI já apurou”, afirmou o coordenador da subcomissão, senador José Paulo Bisol (PSB-RS). A subcomissão constatou que muitos imóveis e empresas pertencentes aos acusados não constam de suas declarações de renda. De acordo com a CPI, os parlamentares omitiram seus bens para não ter de dar ao Fisco explicações sobre a origem do dinheiro usado para financiar as operações. Para maquiagem o enriquecimento, o grupo transferiu parte do patrimônio para testas-de-ferro. “Já descobrimos que umas 11 fazendas estão em nome de falsos proprietários”, disse Bisol.

A subcomissão patrimonial também já constatou que não há correspondência entre os imóveis que os parlamentares dizem ter comprado em determinado período e sua movimentação bancária. Este fato foi interpretado como suspeita de que os bens foram pagos em dólar, por meio, portanto, de transações irregulares. “Eles vão ter de explicar de onde saiu o dinheiro”, disse Bisol. O senador passou o dia ontem trabalhando para concluir o levantamento fiscal e patrimonial dos acusados.

Com base neste relatório, Bisol irá preparar as perguntas que serão feitas durante os três depoimentos.

O primeiro depoimento, marcado para amanhã, será o de Manoel Moreira. Além das contradições descobertas pela subcomissão, Moreira terá de enfrentar os documentos entregues à CPI por sua ex-mulher, Marinalva Soares. Ela disse à Comissão que Moreira era proprietário de uma fazenda em Goiás, vendida em 1990, uma mansão de 2,5 milhões de dólares, onde ela mora hoje, terrenos, apartamentos e participação no *Jornal de Valinhos*, no restaurante Piantella de Brasília, e nas empresas Cauê Turismo e Tomoprow, entre outras.

Perguntas - Ontem, a Subcomissão de Patrimônio começou o trabalho, que deverá encerrar hoje à noite, de elaboração de relatórios técnicos sobre os resultados das investigações procedidas, que servirão para municiar o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), para as perguntas que deverá fazer aos deputados Manoel Moreira, José Geraldo Ribeiro e Genebaldo Correia.

Bisol explicou que o relatório já contém perguntas para o relator formular em um mesmo momento, evitando a pulverização de perguntas, que provocam dispersão e podem prejudicar o bom desempenho da inquirição. De acordo com o senador, os três depoentes desta semana têm muito o que explicar sobre a origem de suas propriedades.

Bisol explicou que um depoimento agora do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), em cujas contas bancárias foram detectadas aplicações superiores a um milhão de dólares, não seria conveniente. “Na Subcomissão de Bancos, os trabalhos sobre o parlamentar estão mais adiantados. Mas levantar patrimônio é um trabalho muito mais demorado. A Receita Federal, por exemplo, levou dois anos para terminar seus trabalhos sobre a variação patrimonial de Collor”, justificou Bisol.



Bisol (C) com a Subcomissão de Patrimônio: acusações a Manoel Moreira, José Geraldo e Genebaldo Correia